



RESENHA

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. Trad. Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021. 336p.

Mariana Cavalcanti Braz Berger¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.16>

O livro “Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global”, de autoria de Ulrich Brand e Markus Wissen, teve a sua primeira edição publicada em alemão, no ano de 2017, e a primeira edição brasileira publicada em 2021. Composto por oito capítulos, apresentação e dois prefácios, os autores se referenciam em Marx, Gramsci, Bourdieu, Foucault, entre outros, para abordar na contemporaneidade uma temática que afeta a humanidade, mais intensamente, desde o século XIX, sendo pauta de investigação e problematização já nos escritos de Marx e Engels, que nos últimos anos vinculam professores, pesquisadores e estudantes em “um campo de reflexão” chamado “marxismo ecológico”.

O título do livro remete a um termo específico - modo de vida imperial - que também pode ser lido como modo de vida imperialista. Propõe entender o imperialismo capitalista identificando o impacto ambiental ao esclarecer sobre a questão ambiental na reprodução e crise do modo de vida imperial, apesar de não debruçar em uma análise do imperialismo enquanto categoria teórica. A perspectiva apresentada analisa os sistemas de desigualdade próprios ao capitalismo no âmbito dos padrões da produção, distribuição e consumo construídos sobre as estruturas políticas, econômicas, culturais da vida cotidiana das populações do Norte global e das economias emergentes do Sul.

A análise presente no livro contempla expressões do modo de vida imperial a partir dos explorados (seres humanos e natureza) no capitalismo global, ao enfatizar a exploração de classe e de gênero em sociedades do Norte global, do Sul e do Norte sob o Sul global, em uma dinâmica que países “ricos” se beneficiam dos “pobres”, em outros termos, é um modo de vida que causa impacto de um sob o outro.

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão com graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba e mestrado e doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: seguridade social; serviço social e questão ambiental. E-mail: mariana.braz@ufma.br

As expressões de exploração se manifestam, segundo os autores, por meio de contradições e externalização dos custos sociais e ambientais, quer seja, para um exterior a custo de violência, destruição e sofrimento humano, portanto, identifica-se o modo de vida imperial em esfera global com um senso de normalidade produzido pelo "ocultamento da destruição", que é também o criador das crises expressas na "reprodução social, ecologia, economia, finanças, geopolítica, integração europeia, democracia etc" (p.46).

O primeiro capítulo tem um conteúdo introdutório a respeito da temática e da estrutura do livro, entendem os autores que o modo de vida imperial está enraizado nas esferas políticas, econômicas, cultural, ideológica, na dinâmica da vida cotidiana e no "acesso desproporcional aos recursos naturais e humanos numa escala global – ou seja, em algum "outro lugar". Além disso, demanda que outros neguem a própria fatia da riqueza que lhes é de direito" (p.47).

O debate dos autores problematiza quanto ao poder de atração que exerce o modo de vida imperial - seja para os países emergentes ou entre os refugiados e imigrantes. E, por outro lado, revela a violência e repressão desse modo de vida, vez que "é baseado na exclusividade e só pode se sustentar enquanto houver um "outro lugar" disponível para arcar com seus altos custos" (p.48).

Brand e Wissen (2021) dialogam com as contradições concretas de um espaço territorial limitado, como o planeta Terra, ao nos depararmos com a permanência e adesão desse modo de vida em uma esfera global e com o esgotamento e redução de povos capazes ou dispostos a pagar o preço da externalização. Resulta que o modo de vida imperial é contestado, daí que tempos paradoxais estão explicitados pelos autores no segundo capítulo sobre crise múltipla e transformação socioecológica, ao destacarem os debates - no poder público, na mídia, nas empresas, nas universidades - referentes ao tema meio ambiente e sustentabilidade, pautados pelo movimento ambientalista, enquanto a destruição avança rapidamente.

A temática em torno do desenvolvimento sustentável, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do Milênio, estratégias, economia verde, entre outras, ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000, apontam para

[...] um pressentimento das elites globais de que, primeiramente, as estratégias clássicas de desenvolvimento do mercado capitalista estão em decadência, ao menos no contexto da crise múltipla e ecológica; em segundo lugar, de que as políticas imperiais de controle sobre vastas regiões do mundo já não são gerenciáveis; e, por fim, de que certo mecanismo possivelmente ficou no passado: o da externalização das crises e seus efeitos negativo a outras regiões, especificamente no Sul global, ou na forma de eventos futuros e distantes – algo particularmente flagrante nos casos de mudança climática e resíduos nucleares (p.66).

Ressalta-se uma discordância aos autores quanto considerarmos essas saídas "verdes" propostas pelo capital como um pressentimento da decadência desse sistema, embora considerem que

a perspectiva adequada seria de transformação, ainda que sem polêmicas. Nesse sentido, questiona-se qual transformação, em que medida caminhamos para uma transformação?

No desenvolvimento dos argumentos reconhecem que a perspectiva da “transformação” encontra “obstáculos, como os processos institucionais engessados que são difíceis de superar [...] e os interesses poderosos das indústrias automobilísticas e energética, bem como o sistema científico dominante” (p.69). Assim, apontam três principais lacunas: se seriam as fronteiras da transformação socioecológica uma nova ortodoxia crítica; as lógicas de transformação, interesses e conflitos; a superação do modo de vida imperial como condição para a transformação socioecológica.

Os autores propõem que o livro contribua “às lutas e buscas por alternativas fundamentais, como um cenário analítico e político que permita compreender por que a transformação é absolutamente necessária, mas com estratégias pensadas à luz das experiências históricas e atuais” (p. 38). Nesse sentido, entendem que o modo de vida imperial impossibilita que ocorram mudanças estruturais, sendo assim, requer a superação desse modo de vida.

Para tanto, apresentam o conceito de modo de vida imperial, no terceiro capítulo, com definições; níveis conceituais sobre as práticas cotidianas e a estrutura social; as dimensões do conceito quanto a valoração, acumulação, reprodução, hegemonia, subjetivação, hierarquização e externalização e sobre o valor de uso do conceito. Segundo Brand e Wissen (2021), para a constituição do modo de vida imperial as relações entre sociedade e natureza necessitam do acesso ilimitado ao trabalho, aos recursos naturais e ecossistemas (como florestas tropicais e os oceanos) com a transferência desses recursos e produtos de forma a invisibilizar as suas origens, normalizar discursos, incorporar visões de mundo hegemônicas, sendo esse modo de vida “um impulso essencial para a reprodução das sociedades capitalistas” (p.90).

O conceito de modo de vida imperial tem muitas dimensões e diversos autores utilizam, contudo, Brand e Wissen (2021) o diferenciam de dois outros termos, como: o conceito de *condução da vida cotidiana* [...] e de *estilo de vida*. Os padrões, hábitos, rotinas e regras da vida cotidiana moldam práticas corriqueiras que o modo de vida imperial ressalta, e influenciam no consumismo, no consumo de carne, em dirigir seu próprio carro, produzindo significativamente, por exemplo, as mudanças climáticas.

No conceito apresentado pelos autores é central o entendimento de que

[...] ainda que falemos de *um* modo de vida imperial, esse fenômeno singular se reproduz ao longo de múltiplas linhas de divisão social – entre países e regiões, cidade e país, classes, gêneros, raça, bem como entre a sociedade e a natureza. Ele envolve uma série de relações de poder e dominação, já que a “vida melhor” que oferece para determinadas pessoas em certos lugares exige a subversão das condições de vida de outras pessoas em outros lugares (inclusive próximos, mesmo que muitas vezes invisíveis) (p.110).

Esse modo de vida não existe sem uma tensão permanente, posto que está enraizado na desigualdade social e a reproduz, contudo, sabe “lidar com a desigualdade social. Para isso, estabiliza as sociedades desiguais, fazendo com que a riqueza da classe alta pareça uma promessa de felicidade redentora para as classes subalternas, ainda que em quantidades mínimas” (p.112).

No que se refere à construção histórica do modo de vida imperial, abordada pelos autores no quarto capítulo, a preocupação deles está em entender as fases históricas do modo de vida imperial, quais continuidades e efeitos mantêm. A constituição histórica do modo de vida imperial contempla quatro fases apresentadas em dois capítulos no livro.

Os autores percorrem uma larga trajetória histórica, situando desde a gênese, com a integração ao colonialismo e ao capitalismo industrial, na realidade latino-americana, em destaque o extrativismo, o trabalho forçado e a destruição da diversidade dos povos indígenas, passando pelo capitalismo liberal, o imperialismo, as duas grandes guerras mundiais e a globalização capitalista neoliberal em curso. Nesse percurso observa-se que o modo de vida imperial foi assegurado para os países “ricos” e imposto apesar de a mudança do domínio - seja espanhol, português, inglês e estadunidense - aos países do Sul global, em uma perpetuação desde a situação de colônias.

Em uma análise dialética, ressaltam que, em meados do século XIX, surgiram “contramovimentos” e “contracorrentes coletivas”, “na forma de mobilizações trabalhistas, leis de regulação das fábricas, criação de programas sociais, leis para limitação do comércio e medidas de controle da riqueza por meio da fundação de bancos centrais” (p.145). As lutas pelo trabalho marcaram o século XIX e adentraram o século XX, no entanto, os trabalhadores passaram a ser significativamente influenciados pela ampliação da posse e consumo de mercadorias, sendo o fordismo uma expressão massiva da universalização do modo de vida nos centros, a partir da estratégia da “conciliação de classe fordista”.

Além da produção e de um modelo de trabalhador adaptado aos padrões fordistas de produção e consumo - conforme os escritos de Gramsci sobre Americanismo e Fordismo - um novo tipo de ser humano foi forjado de modo que afetou a esfera profissional, a vida cotidiana, práticas intelectuais e até as intervenções estatais. Os autores chamam de “apropriação interior” esse fenômeno de penetração do modo de produção capitalista na vida cotidiana dos trabalhadores, nas instituições do Estado e da sociedade implicando em uma aceitação e universalização para classes média e alta do modo de vida imperial.

A partir dos anos 1970 registram-se desafios para o modo de vida imperial, com a crise do fordismo e o início de publicações e debates sociais e políticos na academia e na sociedade a respeito da destruição ambiental. As estratégias da globalização capitalista, desde então, têm sido para restaurar a rentabilidade do capital, dessa forma “se estrutura a partir de um novo acordo conciliatório

entre as elites e os subalternos - nesse caso, particularmente a classe média -, que, em essência, contém um novo grau de aprofundamento do modo de vida imperial” (p.166).

Para manutenção e aprofundamento desse modo de vida no Norte Global reúnem-se padrões de produção e consumo no âmbito da produção de alimentos e do sistema de transportes (com consumo de combustíveis fósseis e emissões de gás carbônico), um modo de vida com alto gasto energético e dependência de petróleo presente na infraestrutura, instituições e relações sociais de forças. Quanto à universalização, os autores enfatizam a incorporação entre as classes média e alta das economias emergentes, a exemplo dos países China, Índia e Brasil.

A tendência à universalização do modo de vida imperial tem se restringido, posto que “exige que nem todas as pessoas possam usufruir dos recursos e sumidouros da Terra, pois os custos só podem ser externalizados através do espaço e do tempo se o acesso for desigual” (p.197). Ocorre, no entanto, que os países do Sul global ao intensificarem “o modelo de desenvolvimento neoextrativista, maior é o número de países que começam a depender da externalização de seus custos socioecológicos, tornando-se concorrentes do Norte global, não apenas no âmbito econômico, mas também ecológico” (p.197), consequentemente intensificam as crises, e o que os autores denominam de “tensões ecoimperiais” expressas em conflitos políticos, econômicos e militares.

No decorrer dos capítulos identifica-se um diálogo contínuo entre as principais temáticas abordadas no livro. No tocante à discussão sobre economia e capitalismo verde, presente no sétimo capítulo, os autores a tratam a partir das estratégias políticas e econômicas, e imprimem que “a principal preocupação é permanecer adaptável aos discursos dominantes, não assustar as elites econômicas e políticas e fazer com que a transformação socioecológica soe o mais palatável possível” (p.232). Apresentam o conceito de economia verde e tecem críticas ao analisarem “que um projeto capitalista verde não desafiaria fundamentalmente o modo de vida imperial” (p.250), nessa direção afirmam “o capitalismo verde nem administrará efetivamente a crise ecológica nem reduzirá a desigualdade, muito menos criará boas condições de vida para todas as pessoas, mas será capaz de gerar e externalizar novos custos socioecológicos” (p.251).

Quanto à necessidade de uma alternativa real, Brand e Wissen (2021) intitulam o último capítulo de “Contornos de um modo de vida solidário”. Apontam uma variedade de estratégias que já existe, ora concordando ou discordando com as experiências, no entanto, defendem que apesar de muitas disputas, as lutas - por um modo de vida solidário global e de longo prazo - devem considerar a democratização das relações entre sociedade e natureza e contra a desigualdade e a dinâmica destrutiva para promover uma transformação crítica e emancipatória.